

## ALTERNATIVAS PARA A FRAGILIZAÇÃO EXTERNA DA ECONOMIA BRASILEIRA

Dirceu Grasel<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho pretende mostrar que a fragilidade externa brasileira não é novidade e tem sua origem nas estratégias de política econômica que vem sendo adotadas desde os governos militares. Esse fator estrutural é agravado com a abertura econômica de critérios duvidosos e a custo sócio-econômico elevado, especialmente com a desnacionalização da economia, o aumento do endividamento público e o agravamento da dívida social. Esse contexto provocou situação insustentável conducente a sucessivos aumentos da participação do setor público na renda nacional para fazer frente aos elevados encargos dos serviços da dívida interna e da externa e se soma aos esforços mundiais para evitar crise de valorização de capital. Recomenda-se que a única forma de equacionar o problema, numa perspectiva sustentável e de longo prazo, consiste na viabilização de saldos positivos nas contas correntes, atuando tanto no lado do aumento das exportações, como na diminuição das importações.

*Palavras Chaves:* Fragilidade externa e soluções de curto e longo prazo.

### I. O Aumento da Fragilização Externa

Desde os anos 90 o governo brasileiro vem aumentando a sua participação na renda nacional para fazer frente aos elevados encargos dos serviços das dívidas interna e externa. A sua participação aumentou de 28,44% em 1995, para 31,67% em 1999 e aproximadamente 33% do PIB no ano de 2000 (IBGE, BACEN). Como nós temos pelo menos dois tipos de empresas diferentes no Brasil: as empresas com poder de mercado e as empresas sem poder de mercado, na perspectiva de Galbraith (1973 e 1988), economia do planejamento e economia de

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Economia da UFMT e Doutor em Engenharia da Produção (UFSC).

mercado, ao nível de empresas temos pelos menos dois tipos de impactos neste processo de transferência de recursos da sociedade para o governo.

As empresas sem poder de mercado (pequenas e médias empresas) não conseguem repassar seus custos aos preços e observam uma redução dos seus lucros e até falências, sustentadas pelo elevado nível de competição.

As empresas com poder de mercado (grandes empresas que formam oligopólios e monopólios nacionais e internacionais) conseguem repassar seus custos aos preços e, portanto, praticamente vivem em uma economia indexada e mantêm seus lucros em níveis elevados.

Esta indexação parcial e intolerável da economia brasileira tem se verificado, por exemplo, nas empresas privatizadas que prestam serviços públicos, que têm conseguido sucessivos reajustes em suas tarifas, sendo inclusive (com exceção nos períodos de efeito sazonal) responsáveis por pressionar os indicadores da inflação brasileira.

Neste contexto se observa que a transferência de renda da sociedade para o governo não incide sobre essas grandes empresas (com poder de mercado), geralmente de capital internacional, mas sim sobre as empresas sem poder de mercado e sobre os assalariados.

O governo atual tem estado a serviço das empresas com poder de mercado, amenizando sob diversos aspectos os efeitos causados pela nova onda de excesso de liquidez internacional (ou crise de deficiência de demanda efetiva dentro da ótica de Keynes), que explica a onda neoliberal, que nada mais é do que uma redistribuição pacífica dos mercados mundiais sustentados em valores que não nos pertencem e discursos mentirosos de abertura econômica. Como a questão não podia mais ser resolvida pela força como o foi na segunda guerra mundial, se desencadeou um bem articulado plano, com uma competência ímpar, denominado de *globalização*, que o Brasil seguiu sem ressalvas e questionamentos, às custas da sociedade e das empresas de capital nacional.

Para garantir os lucros de grandes bancos nacionais e internacionais e dos grandes especuladores e manipuladores do mercado financeiro, com endividamento público, privatizações e transferência de

uma grande soma de recursos que deveriam ser destinados para a educação e a saúde, o governo brasileiro ajuda aos esforços mundiais (especialmente norte-americano) para adiar uma crise com custo social incalculável. Assim, ao mesmo tempo em que o governo amplia sua participação na renda nacional às custas das empresas sem poder de mercado e dos assalariados, o endividamento interno líquido do setor público, que era de aproximadamente R\$ 60 bilhões no início do primeiro mandato do governo FHC saltou para R\$ 658 bilhões (53,7% do PIB) em agosto de 2001 (BACEN), gerando situação que impossibilita implementação de medidas como a reforma fiscal e tributária, pelo simples motivo de que o governo não pode abrir mão da sua enorme fatia da renda nacional sob o risco de se transformar numa Argentina.

No futuro, o governo tenderá a ter dificuldades cada vez maiores e as necessidades de arrecadação deverão aumentar, agora que os servidores públicos, pensionistas e aposentados, não aceitam mais que o governo gere superávits primários com redução real do salário e das aposentadorias. Uma das perguntas que vem a tona é até quando os agentes econômicos que estão sendo saqueados aceitarão essa transferência de recursos ao capital estrangeiro de forma absolutamente passiva, como se vem verificando até agora?

No entanto, apesar das não raras tentativas de se desqualificar as contribuições de Keynes e Marx, os economistas neoliberais e os próprios agentes econômicos estão assustados. As evidências de que economia capitalista apresenta periódicas tendências de crises de superprodução ou de valorização de capital estão em toda parte. Basta imaginarmos o que aconteceria se os trilhões de dólares que circulam todo dia na ciranda financeira mundial fossem aplicados em processos produtivos (produzir mercadorias). Certamente haveria uma queima de capital sem precedentes.

O problema é que o capital financeiro que na economia deveria estar a serviço do capital produtivo (pelo simples fato de não gerar renda real, apenas transferir), passou a determinar as regras do jogo e aprisionou o capital produtivo em seu benefício. Grande parte do capital volátil do mundo atual, sem os grandes déficits públicos (especialmente norte-americano e de países europeus), simplesmente se desmancharia (desapareceria) no ar. Alguns dos mecanismos que vem adiando uma

crise mundial de valorização do capital são os grandes *deficits* públicos e as guerras que têm propósito implícito de gerar demanda efetiva pública para compensar a deficiência de demanda privada. Infelizmente o cenário das forças políticas não permite que essa demanda criada esteja voltada para a atenuação das questões sociais.

Sem entendermos que há muito tempo existe excesso de liquidez internacional (capital que não consegue ser valorizado no processo produtivo) não entenderemos a história da economia recente. Da mesma forma que nos anos 50, quando após a recuperação da economia européia (arrasada pela segunda guerra mundial) se desenhou crise de excesso de liquidez internacional, evitada pela exportação de capitais sob a forma de risco e de empréstimo, estamos novamente diante de situação em que quantias enormes de capital podem desaparecer de uma hora para outra.

Nos anos 50 a situação era mais favorável, pois existia a possibilidade de exportação dos capitais excedentes para os países em desenvolvimento. De fato as economias em desenvolvimento não apresentavam as condições de segurança e estabilidade necessárias. Problema facilmente resolvido com a onda das ditaduras que foram implantadas na maioria dos Países Latinos Americanos e de outros continentes.

Criadas as condições, iniciou-se afluxo de capital para os países em desenvolvimento, sob a forma de risco e empréstimo, a exemplo do Brasil e de seu milagre econômico, fazendo com que esses países, em maior ou menor grau, experimentassem: 1) grande crescimento econômico (não desenvolvimento econômico) e 2) fragilização completa de suas economias, tornando-as cada vez mais dependentes dos países emprestadores. A dependência, contudo, não era mais comercial, visto que ela se tornou financeira e tecnológica. Assim, o capital oriundo dos países desenvolvidos, em função do excesso de liquidez, permitiu (nos anos 80 e 90) elevados afluxos de capitais para os países desenvolvidos sob a forma de remessa de dividendos (lucro das transnacionais), amortizações e juros da dívida externa e da permanente necessidade de importação de tecnologias, que entravam em processo de sucateamento sempre mais acelerado.

Em suma, a fragilização da economia brasileira atual consiste na continuidade e agravamento desse processo que nada mais é do que a incapacidade de gerar divisas suficientes para pagar os seus compromissos internacionais.

## **II. Como Diminuir o Nível de Fragilização Externa da Economia Brasileira?**

Se a fragilização externa do Brasil se sustenta nas constantes ameaças de incapacidade de pagamento dos compromissos internacionais, a superação de suas causas consiste basicamente na geração de divisas internacionais (dólares) e isso pode ser feito de diversas formas. Algumas medidas são de curto prazo e, portanto paliativas, como estimular a entrada de capital especulativo de curto prazo e, outras de longo prazo, como entrada de capital de risco, empréstimo e geração de saldos positivos na balança comercial.

O capital de risco gera dependência permanente, pois todo ano remete dividendos para o exterior, significa aumento da internacionalização da economia e, ao contrário do que muitos pensam, na maioria dos casos não gera emprego no Brasil, porque são investimentos em tecnologia de ponta e, portanto, substituem o homem pela máquina, gerando desemprego e não emprego de mão-de-obra.

O capital de empréstimo pode ser de curto ou de longo prazo. O capital de longo prazo geralmente é emprestado a taxa de juros flutuantes, pois o prestador quer se garantir contra os riscos e incertezas futuras. O capital de curto prazo, opção mais utilizada pelo governo atual, é a mais danosa aos interesses nacionais, pois o juro é elevadíssimo (quanto maior o risco Brasil ou simplesmente dos países ditos emergentes como um todo, maior a taxa de juros exigida) e coloca o Brasil em situação de extrema fragilidade pela possibilidade de abandono do país na primeira demonstração de instabilidade econômica (como realmente aconteceu no Brasil do real).

No caso brasileiro essa opção gerou situação tão caótica que a equipe econômica não consegue sequer implementar planejamento econômico e política agrícola, industrial e social efetiva. Os bombeiros guardiões do real desperdiçam todo o seu tempo em apagar incêndios de

uma forma reativa. Isto é, quanto o fogo acontece, procura-se apagá-lo, não importando o custo sócio-econômico envolvido.

Em perspectiva sustentável e de longo prazo, a única forma de equacionar o problema consiste em exportar mais do que se importa. O problema é que para exportar as empresas brasileiras precisam ter competitividade internacional, o que a maioria não tem, a não ser setores privilegiados por vantagens competitivas provenientes de condições naturais (como a agricultura, por exemplo). Nesse caso, geralmente, são produtos de baixo valor agregado (exporta-se elevada quantidade em troca de volume reduzido de divisas).

Por outro lado, temos as empresas de poder de mercado e competitividade internacional, como as que habitam o setor automobilístico. No Brasil elas simplesmente fazem o que querem. Exportam, é verdade, mas oneram excessivamente a balança comercial com importações de componentes que poderiam ser produzidos internamente. Depois do desmonte ou destruição do setor nacional de autopeças até alguns escapamentos são importados.

O Brasil precisará, na verdade, atuar nas duas linhas de frente, aumentando as exportações, com incentivos, desonerações, etc e diminuindo as importações. O Brasil está na situação de um chefe de família viciado que ganha um salário mínimo e destina a maior parte do seu orçamento, de elevadas restrições, para aquisição de bebidas alcoólicas. Se as divisas são escassas, devemos utilizá-las da forma mais racional possível, neste caso, priorizando importação de insumos de produção, importando somente bens de consumo que não temos condições de produzir internamente e atuando de forma inteligente, ou seja, implementando estratégias de substituição de importações.

O governo do plano real fez exatamente o contrário, visto que permitiu a importação de qualquer tipo de bugiganga com o argumento de que isso salvaria o real, pois aumentaria a competição e forçaria os preços dos produtos das empresas nacionais para baixo e assim, levaria ao controle da inflação. Os resultados todos conhecem: falência generalizada das empresas nacionais, aumento da desnacionalização da economia e desemprego. Assim, salvamos o real e afundamos a economia nacional.

### III. Comentários Finais

A solução basicamente passa pela definição de política de desenvolvimento sustentável que atenda aos interesses do povo brasileiro e não do capital financeiro internacional. É verdade que a situação brasileira pode ser conduzida dessa forma por mais algum tempo, mas as perguntas que número cada vez maior de pessoas fazem é por quanto tempo e a que custo sócio-econômico, pois o risco de nos transformarmos em uma Argentina ainda existe.

De outro lado, não é difícil perceber que a economia mundial somente se verá livre de seus sobre-saltos se entender que no longo prazo a única forma de valorização consistente do capital é através do consumo e que o consumo é insuficiente (sem entrar no mérito da sustentabilidade eco-ambiental) para valorizar todo o capital, visto que o sistema econômico é excessivamente concentrador de renda. Essa percepção tem se mostrado impossível porque a história tem mostrado que o aumento da riqueza é acompanhado pelo aumento da insensatez e da insensibilidade humana.

### IV. Referências Bibliográficas

BACEN. *Política Fiscal*: Notas para a Imprensa, 27.9.2000 Disponível em: <[www.bancocentral.gov.br](http://www.bancocentral.gov.br)>. Acesso em 31.out.2000.

GALBRAITH, J. K. *Economics and the Public Purpose*. Boston: Houghton Mifflin, 1973.

GALBRAITH, J. K. *O novo Estado Industrial*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

IBGE. Economia. *Contas Nacionais*. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 31.out.2000.

KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.

MARX, K. *As Crises Econômicas do Capitalismo*. São Paulo: Ciência e Cultura, 1988.